



RESOLUÇÃO POLÍTICA DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA MILITÂNCIA SOCIALISTA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

DERROTAR O NEOLIBERALISMO E O NEOFASCISMO, REELEGER O PRESIDENTE LULA E AVANÇAR NA TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

A MILITÂNCIA SOCIALISTA DO PT, tendência interna do partido, realizou em São Paulo, entre os dias 13 e 15 de março de 2026, na Escola Nacional Paulo Freire, sua 6ª Conferência Nacional, dedicada à incansável trajetória de luta das companheiras Rosângela Rigo e Silvana Prestes. Em seus nomes, reafirmamos que a firmeza dos nossos princípios fundantes e a ternura da prática militante seguem como os motores da nossa história.

Organizada em 17 estados do Brasil, a MS chega aos 21 anos de vida reafirmando, nesta Conferência, o seu caráter de tendência interna do partido, socialista, feminista, antirracista e ambientalista.

Diante da urgência da crise climática e do esgotamento do atual modelo de acumulação capitalista — movido pela mercantilização desenfreada da natureza —, a Militância Socialista assume nesta Conferência o compromisso de aprofundar o debate a respeito do ecossocialismo. Entendemos que a defesa do meio ambiente não se resume a mitigações superficiais ou à aceitação de um "capitalismo verde".

A partir desses postulados, analisamos a conjuntura nacional e internacional tendo como marco o que caracterizamos, em 2016, como a derrota estratégica da esquerda brasileira, provocada pela violência do golpe institucional contra a Presidenta Dilma e a consequente destituição de seu governo.

A verdadeira reforma neoliberal do Estado brasileiro trouxe as reformas trabalhista e previdenciária, a autonomia do Banco Central, as privatizações nos sistemas Petrobras e Eletrobras, a imposição do teto de gastos públicos a serviço da acumulação de capital e do sucateamento dos serviços públicos, além da excrescência do Orçamento Impositivo — meio de construção de maioria parlamentar pró-mercado sob clara hegemonia do capital financeiro.

O Novo Marco Legal do Saneamento (2020) intensificou a privatização da água, aumentando as tarifas e priorizando os lucros em detrimento da população carente, o que dificultou o acesso à água. Temos como exemplos recentes a privatização da Sabesp em SP (2024) e o leilão da Cedae no RJ.

No Brasil e no mundo, ao longo desses anos, a financeirização deslocou o eixo da acumulação para o capital especulativo, a uberização fragmentou os vínculos formais de emprego, enquanto a automação ampliou a produtividade e deslocou trabalhadores. Plataformas capturam dados, tempo e atenção; os Estados Nacionais perdem poder regulatório e novas relações sociais são criadas e mantidas sob o controle de algoritmos e redes digitais.

Neoliberalismo e neofascismo se articularam no Brasil — à luz de outras experiências internacionais vitoriosas eleitoralmente —, produzindo pobreza, fome e desigualdade. Passaram a disputar consciências, naturalizando a exploração, a misoginia, o racismo e a LGBTQIA+fobia, e promovendo o ódio, a discriminação e o preconceito contra categorias políticas e sociais.

Nossa valorosa resistência e a resiliência de nossos principais símbolos, Lula e o PT, nos permitiram voltar a governar o Brasil, mesmo nesse cenário adverso. Contudo, não se produziu uma nova e poderosa elaboração estratégica, tampouco estabelecemos a mesa de diálogo necessária entre governo, partido e movimentos sociais para uma repactuação de seus papéis no processo de transformação social, face a este novo momento do capitalismo no Brasil e no mundo.

A insuficiência estratégica e de análise desse novo Brasil que voltamos a governar explica, em boa medida, por que o sucesso das políticas públicas retomadas de nossas experiências anteriores — com resultados econômicos e sociais altamente expressivos — não foi capaz de produzir mudanças significativas na consciência social, nos patamares de organização popular e sindical, e na correlação de forças na sociedade.

Chegamos às eleições de 2026 com a imperiosa necessidade de vencer as forças políticas e econômicas que continuam ameaçando a democracia, a soberania nacional e os direitos do nosso povo. Tudo indica que teremos uma eleição dura, com forte atuação do capital, das big techs e de governos estrangeiros para desestabilizar nosso governo e nossa candidatura, ameaçar a reeleição de Lula e restringir a ampliação do número de parlamentares identificados com a esquerda e com a defesa da campanha.

A vitória eleitoral será consequência da unidade de ação em torno de uma campanha politizada, que apresente com nitidez os contornos da polarização com a extrema direita, em torno de um projeto para o País e sua inserção soberana no mundo. A denúncia do que era o Brasil antes da volta de Lula ao governo — o país dos pobres na fila do osso do Mapa da Fome, das centenas de milhares de mortes evitáveis durante a pandemia do coronavírus, dos preços exorbitantes e reajustes constantes dos combustíveis — permite a comparação entre os dados de toda natureza dos dois governos.

Essa comparação deve estar associada à apresentação de um programa de reformas estruturais, de natureza democrática e popular, que tire das mãos da extrema direita o espaço antissistema de que ela se arvora e coloque em nossas mãos as bandeiras do tensionamento da estrutura capitalista, patriarcal e racista da sociedade. Lula e a esquerda são os únicos que podem efetivamente apresentar um programa alternativo às mazelas do sistema dominante, se tivermos a coragem política de apresentar esse programa democrático, popular, feminista, antirracista e ambientalista para as eleições de outubro deste ano.

A defesa da democracia implica não só a defesa das instituições democráticas e do sistema eleitoral, mas também a reforma do sistema político, hoje repudiado por boa parte da sociedade. Desprivatizar a política significa apresentar uma corajosa plataforma de democracia participativa, chamando a população a governar junto com Lula, por meio de mecanismos diretos de participação social e com educação popular nos territórios, abrangendo todas as políticas públicas do governo federal.

A consulta prévia e informada às populações atingidas pelas consequências das obras do governo federal, a organização de conselhos populares de acompanhamento das políticas públicas em todos os níveis, e a adoção de um Orçamento Participativo Federal — com assembleias presenciais e meios digitais de consulta e votação — são instrumentos de apropriação, pela população, de obras e serviços que hoje são apropriados pelas oligarquias locais e regionais e pelos setores do capital. Devemos lutar pelo fim do Orçamento Impositivo e das emendas parlamentares, recuperando o controle do Executivo sobre o Orçamento da União e compartilhando as decisões de governo diretamente com o povo.

É fundamental retomar uma plataforma de reforma eleitoral com a adoção de listas partidárias ordenadas previamente pelas instâncias participativas do partido em todos os níveis, garantindo paridade de gênero, cotas raciais e de juventude, limitação dos mandatos parlamentares a três legislaturas consecutivas no mesmo cargo, além da distribuição democrática dos recursos do Fundo Partidário entre as chapas para o Legislativo e para o Executivo.

Desprivatizar a política também significa estabelecer formas de controle social sobre todas as instituições públicas, fortalecendo o controle externo do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Polícias, das Forças Armadas e de todas as instituições que obtiveram autonomia do Poder Executivo, mas que ficaram reféns do capital — em particular, o Banco Central e as Agências Reguladoras.

No caso do Banco Central, urge assegurar a sintonia entre a política monetária e o conjunto da política econômica de governos eleitos democraticamente pela população. Isso deve ser feito por meio de um mandato múltiplo que persiga metas de inflação, de crescimento e estabilidade econômica, e de garantia de emprego, com a vinculação da autarquia ao Ministério da Fazenda. As taxas de juros escorchantes mantidas para o fortalecimento da acumulação de capital e do rentismo não seriam possíveis se estes postulados fossem realidade num governo democrático e popular.

Urge regulamentar as big techs e afirmar nossa soberania digital, num mundo dominado por um oligopólio transnacional que busca a impunidade total visando ao lucro fácil, mesmo quando movido a fake news ou pela monetização do discurso de ódio contra mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidades ciganas, pessoas LGBTQIA+, nordestinos e nordestinas, população em situação de rua, crianças, adolescentes e idosos — configurando a promoção da discriminação e do preconceito que violam os direitos humanos.

A soberania nacional tornou-se tema relevante para crescentes parcelas da população com o enfrentamento adequado e necessário dado pelo governo Lula aos ataques do trumpismo mancomunados com a extrema direita brasileira. Os ataques dos EUA à soberania da Venezuela, de Cuba, da Palestina e do Irã, entre outros, mostram que a guerra imperialista por recursos naturais e poder político continua sendo um instrumento poderoso do capital. É preciso, pois, retomar a defesa nacional e uma política de Estado para a reforma das Forças Armadas e do sistema de inteligência, informação e contrainformação como prioridades de um governo democrático, popular e líder regional na América do Sul.

Por fim, as reformas agrária e agrícola — que democratizem a propriedade da terra e a produção de alimentos saudáveis —, a reforma urbana — que democratize o direito à cidade, à moradia digna e à locomoção —, a reforma sindical — que democratize as relações de trabalho e fortalece a liberdade e a autonomia sindical —, e a reforma tributária — que avance na progressividade dos tributos em todos os níveis, isentando a renda oriunda do trabalho e taxando de verdade os super-ricos — são medidas clássicas do nosso programa. Elas precisam ser recolocadas na ordem do dia, sintonizadas com as políticas públicas de caráter popular que implementamos ao longo de nossos governos, mas indo além delas.

Nosso programa para os direitos das mulheres e pela igualdade racial deve ser transversal a todas essas grandes reformas. Nossa classe trabalhadora é majoritariamente feminina, negra e parda. A libertação da exploração de classe, mantida por padrões visíveis ou escondidos atrás de plataformas e algoritmos, só será completa com o enfrentamento direto do patriarcado e do racismo. O combate à violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+ é condição fundamental para a busca de direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais que constituem a base para a equidade de gênero na sociedade brasileira.

Assim, além de uma batalha eleitoral decisiva, precisamos nos preparar para a verdadeira batalha de nossas vidas. Aquela que nos motiva a seguir construindo a luta social e o instrumento partidário; aquela que pode atrair novamente a generosidade das juventudes e a motivação militante para o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras: a batalha permanente e cotidiana pelo socialismo e pela transformação social e econômica do nosso país.

Preservar a Casa Comum, nossos ecossistemas e nossa diversidade ambiental da voracidade capitalista — numa transição para uma sociedade do bem viver em que os frutos do trabalho sejam distribuídos coletivamente em harmonia com o planeta que nos foi dado habitar — faz sentido como utopia socialista pela qual corações batam e mentes se iluminem.

A Militância Socialista do PT segue na construção do partido e na luta política e social com esses objetivos.

São Paulo, 15 de março de 2026

6ª Conferência Nacional da Militância Socialista do PT